

Introdução Geral

Muito se fala de Educação, de Escolas e de Professores. Todos ou quase todos têm uma palavra a dizer; todos, pelo menos uma vez, passaram pela escola ou têm alguém que está na escola, que interage diariamente com os professores. Professores que têm estado na ribalta e sobre quem todos parecem ter uma opinião, uma imagem.

Mas afinal qual é a imagem que os professores têm de si próprios enquanto profissionais? Será que a imagem que têm do profissional professor é uma imagem que subsiste ao longo do tempo, que ultrapassa fronteiras e culturas ou será que a imagem se tem alterado e tem marcas que permitem a distinção de padrões linguísticos e culturais em si mesma. E o que pensam aqueles que interagem permanentemente com os professores – os alunos – qual a imagem que eles detêm do profissional professor? É de novo uma imagem que subsiste ou é uma imagem que se alterou, que tem marcas características dos países, das sociedades em que os alunos se inserem?

Estas questões, que orientaram todo o nosso estudo e foram o seu motor, surgiram das alterações que foram ocorrendo na profissão.

No início do século XX em Portugal, mercê da revolução que instituiu a República, os professores eram considerados como profissionais importantes que mereciam, para além do respeito da comunidade, o reconhecimento, por parte do Governo, como pode verificar-se através da legislação produzida.

Mas este entendimento sofreu um duro golpe com a emergência do Estado Novo. que teme a influência dos professores sobre as populações já que eles tinham tido um papel relevante na difusão das ideias republicanas. Assim temia-se que eles

continuassem a estimular nos cidadãos o espírito crítico e o sentido da participação e, portanto, a pôr em causa a nova ordem estabelecida. Na tentativa de evitar que tal aconteça encerram-se¹ as escolas de formação, e os professores vêem os seus salários serem congelados. Em 1933, no preâmbulo ao Decreto 22 369 de 30 de Março afirma-se que o professor tem uma “missão”, a de “servir e de servir cada vez melhor”. O professor deixa de ser considerado como o profissional e passa a ser considerado como o missionário que deverá ir de terra em terra espalhar a boa nova e os “princípios da constituição de 1933”. A imagem que o poder político tem dos professores é pouco positiva, em nosso entender. No entanto, as comunidades continuaram a ter do professor uma imagem positiva: o padre, o professor e o médico eram, sobretudo nos pequenos centros, as três figuras mais importantes.

Com a Revolução dos Cravos, o 25 de Abril de 1974, serão introduzidas alterações na legislação no sentido da valorização e dignificação da carreira docente e dos profissionais da educação. Muito se deve à acção das organizações representativas dos professores – os sindicatos – que desde o primeiro dia lutaram por uma melhoria das condições de exercício da profissão e portanto por uma consequente valorização da imagem e do estatuto dos professores².

Do muito que têm lutado os sindicatos e da vontade política de diferentes governos cria-se, em Portugal, um quadro legislativo que concorre para a dignificação da profissão docente, particularmente ao nível da formação exigida e do sistema retributivo.

¹ Entre 1936 e 1942 as Escolas Normais são encerradas e não se procede mais à formação de professores (Decreto 27 279 de 24 de Novembro de 1936). Tal facto, acrescido de uma crescente procura por parte das famílias da escolarização dos seus filhos vai conduzir ao aparecimento no ensino primário das regentes escolares. A estes professores bastava ter o conhecimento da língua falada e escrita e serem da confiança dos responsáveis políticos locais.

² Sobre o assunto ver Borges, M.P. A, (1993)“ A carreira dos professores dos 2º e 3º ciclos do ensino básico e do ensino secundário – um contributo para o estudo do processo de tomada de decisão”, Projecto de CESE, Instituto Politécnico da Guarda, Guarda

Da muita legislação produzida salientaremos a publicação, em 14 de Outubro de 1986, da Lei nº 46/86, a Lei de Bases do Sistema Educativo que irá contribuir de forma fundamental para uma nova visão da profissão e daqueles que a exercem.

Dos vários documentos que a concretizam, realçamos o Decreto-Lei nº 139-A/90 revisto pelo Decreto Lei nº 1/98 e que corporizavam o Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário.

Uma nova visão parece estar em curso com a publicação do Decreto-Lei nº 15/2007 - nova versão do Estatuto - , versão esta que “que evidencia (...) o reforço das funções instrumentais” (Teixeira, 2007:20) e das funções instrucionais em detrimento das funções educacionais.

O novo Estatuto e o congelamento de carreiras e vencimentos provocou, nos últimos anos, um reacender de lutas sindicais que, até ao momento, não encontraram resposta satisfatória da parte dos governantes.

Depois de dezassete anos passados da publicação do primeiro verdadeiro estatuto da carreira docente, depois de um conjunto de novos desafios, de novos fenómenos sociais que caracterizam a sociedade actual, depois de “a utopia se ter tornado realidade ao conseguir-se a escolarização plena de 100% das nossas crianças” (Esteve, 2001:85) será que os professores se vêem como o hussardo de que fala Esteve, que vivem a profissão “como um terrível episódio, absurdo, desconexo e miserável” (ibid: 83); será que se vêem como podendo “ser eles próprios’ na sala de aula , partilhando pedaços de si enquanto pessoas com os seus alunos” (Nias, 2001: 154)? Que imagem, afinal, têm os professores de si enquanto profissionais, que imagens têm daqueles que com eles trabalham e que constituem os seus pares? Será que se vêem, apenas com uma função de instrução ou se vêem no papel de educadores dos adolescentes ou jovens com quem trabalham?

Quadro conceptual

No sentido, pois, de encontrarmos algumas respostas para estas questões e de melhor podermos compreender o fenómeno das imagens e auto-imagens que os professores têm de si e da profissão e que os alunos têm destes profissionais, propomo-nos em termos **conceptuais** trabalhar os conceitos de representações sociais, identidade e profissão professor.

Propomo-nos trabalhar o conceito das **representações sociais** – que constituirá o I Capítulo - pois estando de acordo com Moscovici (1986:68-73) quando afirma que “as representações nascem a partir de uma série de transformações que geram novos conteúdos” - o que significa que existe um construir e reconstruir constante destas e que elas se movem, se combinam, entram em relação e se desenvolvem; umas desaparecem enquanto que outras são (re-)elaboradas e tomam o lugar das que desapareceram -, temos também em conta o que Moliner (2001), afirma sobre a existência de factores de estabilidade das representações sociais, o que quer dizer que, sempre que ocorre uma mudança em um único elemento, esta provoca alterações em todos os outros elementos que constituem a representação. Ora, como cada indivíduo é parte de um todo, de um grupo com quem partilha um conjunto de representações, se estivesse disponível para alterar o consenso encontrado para a significação total de uma das representações sociais partilhada pelo grupo em determinado momento, ver-se-ia excluído desse grupo de pertença, ou rapidamente seria submetido a uma “pressão conformista muito forte” (ibid:33) por parte dos elementos do grupo. Neste sentido, os indivíduos resistem à mudança das representações.

O conceito de representações sociais e de representações profissionais parecem, por isso, poder contribuir para compreendermos se existe ou não uma constância das representações que professores e alunos têm do profissional professor.

No II Capítulo, aprofundaremos o conceito de **identidade**. Identidade não apenas individual mas colectiva e profissional porque procurámos perceber como se constrói a identidade de cada um que, ao nascer, se vai integrar numa sociedade que lhe transmite valores e normas que o ajudam a transformar-se em ser social.

A identidade estará, portanto, em nosso entender, em correlação e na continuidade dos diferentes processos de socialização por que cada indivíduo/actor social passa, estará na sequência do aperceber-se de cada um do seu Eu, na capacidade que cada um tem de considerar-se como objecto, aceitando as atitudes do outro em relação a si, no interior do contexto social no qual ambos estão inseridos. Mead (1934:140) afirma, sobre esta capacidade de cada um se tornar objecto, que "o Eu, enquanto objecto para si, é essencialmente uma estrutura social, e nasce da experiência social", pelo que o Eu será capaz de se perceber, de perceber o que gira à sua volta e os outros, de se avaliar, de se controlar, de avaliar e controlar as situações e os outros. O Eu será ainda capaz de compreender e de se apropriar do mundo simbólico que lhe permite perceber-se e perceber os outros. A identidade pressupõe, assim, "a existência de 'um campo simbólico' (...) e de actividades orientadas para a sua manutenção ou mudança" (Gomes, 2000: 117).

E porque entendemos que a construção da identidade está intimamente ligada à construção do Eu, partilhamos a perspectiva de Sainsaulieu (1988: 319) para quem "o conceito de identidade cobre o campo das relações humanas onde o sujeito se esforça por operar uma síntese entre as forças internas e as forças externas da sua acção, entre aquilo que ele é para si e aquilo que ele é para os outros"

O conceito de identidade aparece-nos, pois, como um conceito dinâmico como uma construção e (re)construção feita numa incerteza maior ou menor e mais ou menos durável (Dubar, 1997: 104) dado que cada um de nós vê os outros como uma espécie de espelho que o reflecte e vive “na angústia de este espelho que se arrisca a partir, de esta representação que pode tornar-se mais preocupante e mais indecisa” (Sansot, 1979: 31).

E supõe uma forma de desempenhar a profissão, um encontrar de respostas para desafios que se colocam ao profissional.

Assim, no capítulo III abordaremos a problemática **profissão professor**, onde procurámos delimitar as especificidades desta profissão.

Nias (2001: 150) afirma que “os professores trabalham num contexto social pouco usual. Diariamente estão envolvidos em centenas de interações pessoais, na maior parte das vezes em sítios superlotados, com largos números de alunos que são, normalmente, enérgicos, espontâneos, imaturos e que se preocupam apenas com os seus próprios interesses”.

Esteve alerta-nos para o facto de que “ a escolarização de 100% da nossa população infantil supõe a incorporação nas nossas aulas de alunos com sensibilidades culturais e linguísticas muito diversas e com uma educação familiar de base que fomentou valores muito diferentes a partir de diferentes sub culturas.” (2001:94).

Por tudo isto entendemos ser necessário tentar compreender de que forma os desafios ou constrangimentos permitem aos professores entender a profissão e entender-se como profissionais que desempenham um conjunto de papéis que lhes permitem participar na “rede de interações complexas” (Alves-Pinto, 1995:146), que constituem o exercício da profissão.

Como refere Teixeira (2001:191) os professores, no exercício da sua profissão, estão “sujeitos(s) a obrigações contraditórias: espera-se que (o professor) consiga levar

os alunos a obter os melhores resultados escolares, que cumpra programas extensos e, em alguns casos, particularmente complexos e que, simultaneamente não deixe ficar nenhum aluno para trás: espera-se que mantenha com os alunos uma relação de amizade, que os compreenda e acompanhe na ultrapassagem de problemas, frequentemente graves e exteriores à escola e que, ao mesmo tempo, consiga manter na sala de aula uma disciplina que desapareceu do interior das famílias”. E espera-se, ainda, como estabelece em vários artigos a Lei de Bases do Sistema Educativo, que o professor se relacione com o meio e que, portanto, seja actor efectivo no tecido social em que a escola se integra.

Tudo isto se espera do profissional professor, mas o que espera ele do seu trabalho? Para podermos tentar responder a esta pergunta reflectiremos sobre a forma como os professores são socializados profissionalmente, o que pode significar o trabalho, o ciclo de vida profissional, as práticas pedagógicas e as culturas docentes.

Finalmente, no IV capítulo, apresentaremos os resultados que obtivemos a partir de três inquéritos realizados: um a alunos e dois a professores.

Analisaremos os resultados obtidos, através de métodos qualitativos, no que se refere às respostas a perguntas abertas, e métodos quantitativos, descritivos e inferenciais.

Para o estudo inferencial socorremo-nos do teste do χ^2 aplicado ao cruzamento de variáveis. Este estudo inferencial, pelo modo como foram construídos os instrumentos de recolha de dados, permitir-nos-ão não só evidenciar as diferenças de opinião no interior de uma amostra, mas entre amostras diferentes, o que nos permite comparar imagens com auto-imagens dos professores e imagens dos professores com imagens dos alunos sobre os professores.

Quadro Metodológico

Tendo elegido como objecto do estudo as imagens e as auto imagens dos professores o nosso **corpus de análise** será constituído por um inquérito do qual constarão dois tipos de processos de recolha de dados.

Um dos processos terá como instrumentos de recolha de dados, que serão analisados quantitativamente:

um questionário que terá como público alvo os alunos que questionaremos sobre a imagem que estes detêm dos profissionais da educação.

um questionário que terá como público alvo os professores que questionaremos sobre a imagem que estes detêm dos profissionais da educação através das suas opiniões sobre a forma como as práticas pedagógicas decorrem.

um questionário que terá como público alvo os professores que questionaremos sobre a imagem que estes detêm dos profissionais da educação através das suas opiniões sobre os tipos de cultura e comunicação que ocorrem entre os docentes .

O outro processo servir-se-á dos questionários a alunos e aos docentes para recolher dados que serão analisados qualitativamente. Estes dados serão recolhidos através das questões colocadas a professores e alunos sobre quais as características relevantes para a construção da imagem do professor e a perspectiva global que têm sobre o que é ser Bom professor

Com este corpus procuraremos fazer uma análise qualitativa e quantitativa, que constituirá o IV Capítulo desta dissertação, explicitando desde já que as amostras serão constituídas tendo em conta preocupações de aleatoriedade possível, não se pretendendo

contudo que estas sejam representativas quer dos alunos quer dos professores portugueses.

Serão tidos todos os cuidados na construção dos instrumentos de recolha de dados, por forma a garantir a sua fiabilidade.